



**idades**

para todos

**Demonstrações  
Contábeis  
2023**

## Sumário

---

Balanco Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado .....	5
Demonstração do Resultado Abrangente .....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Notas Explicativas.....	8
1. Contexto Operacional .....	8
2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis .....	8
3. Principais políticas contábeis .....	9
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	14
5. Contas a receber.....	15
6. Ativos de contratos .....	16
7. Tributos a recuperar/compensar .....	16
8. Adiantamentos .....	17
9. Despesas antecipadas .....	17
10. Imobilizado e intangível.....	17
11. Obrigações trabalhistas .....	20
12. Fornecedores.....	21
13. Obrigações tributárias.....	22
14. Arrendamentos a pagar .....	24
15. Dividendos e juros sobre capital próprio .....	24
16. Outras contas a pagar .....	25
17. Patrimônio líquido.....	25
18. Receita operacional .....	27
19. Custo com pessoal e pró-labore.....	27
20. Custo com depreciação e amortização.....	28
21. Custo com ocupação .....	28
22. Outros custos .....	28
23. Despesa com pessoal e pró-labore.....	29
24. Despesa com serviços de terceiros.....	29
25. Despesa com ocupação.....	30

26. Despesa com gerais.....	30
27. Despesa com depreciação e amortização.....	31
28. Outras receitas e despesas operacionais.....	31
29. Resultado financeiro .....	32
30. Tributos sobre o lucro.....	33
31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros .....	33
32. Seguros .....	35
33. Informações complementares de interesse público – Lei Federal nº 13.303/2016 .....	35
34. Eventos subsequentes .....	35
Relatório da Auditoria Independente .....	36
Aprovação do Conselho de Administração .....	40
Parecer do Conselho Fiscal .....	41

## Balanço Patrimonial

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>		<b>17.171.186</b>	<b>16.141.542</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.746.382	12.155.414
Contas a receber	5	2.194.956	840.023
Ativos de contratos	6	2.369.989	2.827.214
Tributos a recuperar/compensar	7	710.853	197.970
Adiantamentos	8	43.218	47.253
Despesas antecipadas	9	105.789	73.669
<b>Não Circulante</b>		<b>877.044</b>	<b>1.151.578</b>
Tributos a recuperar/compensar			116.889
Imobilizado e intangível	10	877.044	1.034.689
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.048.230</b>	<b>17.293.120</b>
<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>		<b>3.888.753</b>	<b>3.411.616</b>
Obrigações trabalhistas	11	1.771.548	1.699.381
Fornecedores	12	134.673	85.608
Obrigações tributárias	13	1.632.557	1.057.546
Arrendamentos a pagar	14	204.591	198.353
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	61.868	273.965
Outras contas a pagar	16	83.517	96.764
<b>Não Circulante</b>		<b>107.311</b>	<b>301.933</b>
Obrigações tributárias	13	107.311	134.636
Arrendamentos a pagar	14		167.297
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.996.064</b>	<b>3.713.548</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>17</b>	<b>14.052.166</b>	<b>13.579.571</b>
Capital social	17	13.795.859	12.700.000
Reserva legal	17	70.702	57.677
Dividendos adicionais propostos	17	185.605	821.894
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>18.048.230</b>	<b>17.293.120</b>

## Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	18.974.625	19.709.569
Custo com pessoal	19	(11.674.344)	(10.319.312)
Custo com pró-labore	19	(1.773.372)	(1.530.196)
Custo com depreciação e amortização	20	(252.423)	(155.523)
Custo com ocupação	21	(177.475)	(134.674)
Outros custos	22	(734.091)	(657.357)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>4.362.920</b>	<b>6.912.507</b>
Despesas com pessoal	23	(1.963.366)	(1.711.392)
Despesas com pró-labore	23	(835.129)	(1.021.887)
Despesas com serviços de terceiros	24	(244.668)	(212.042)
Despesa com ocupação	25	(16.170)	(35.381)
Despesas gerais	26	(131.184)	(112.506)
Despesa com depreciação e amortização	27	(261.915)	(162.031)
Outras receitas/despesas operacionais	28	(1.373.736)	(557)
<b>Resultado operacional antes do financeiro</b>		<b>(463.247)</b>	<b>3.656.712</b>
Receitas financeiras	29	1.183.375	1.043.863
Despesas Financeiras	29	(28.594)	(40.389)
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>691.533</b>	<b>4.660.185</b>
IRPJ	30	(312.461)	(655.434)
CSLL	30	(118.574)	(250.828)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>260.498</b>	<b>3.753.923</b>
Lucro por ação	R\$	0,01	R\$ 0,19

## Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	260.498	3.753.923
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>260.498</b>	<b>3.753.923</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social integralizado	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>12.700.000</b>			<b>(2.600.387)</b>	<b>10.099.613</b>
Resultado líquido do exercício				3.753.923	3.753.923
Constituição de reserva legal		57.677		(57.677)	
Dividendos obrigatórios (na forma de JCP)				(273.965)	(273.965)
Dividendos adicionais propostos			821.894	(821.894)	
<b>Em 31/12/2022</b>	<b>12.700.000</b>	<b>57.677</b>	<b>821.894</b>	<b>-</b>	<b>13.579.571</b>
Resultado líquido do exercício				260.498	260.498
Integralização de capital social	1.095.859				1.095.859
Constituição de reserva legal		13.025		(13.025)	
Dividendos obrigatórios (na forma de JCP)			185.605	(61.868)	123.737
Dividendos adicionais propostos			(821.894)	(185.605)	(1.007.500)
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>13.795.859</b>	<b>70.702</b>	<b>185.605</b>	<b>-</b>	<b>14.052.166</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	260.498	3.753.923
Depreciações e amortizações	514.338	317.554
<i>a) Subtotal</i>	<i>774.837</i>	<i>4.071.477</i>
<b>Aumento/Redução - Ativos Circulante e Não circulante</b>		
Contas a receber	(1.354.932)	308.633
Ativos de contratos	457.225	2.277.071
Tributos a recuperar/compensar	(395.994)	(213.203)
Adiantamentos	4.035	(16.376)
Despesas antecipadas	(32.120)	(20.527)
<b>Aumento/Redução - Passivos Circulante e não circulante</b>		
Obrigações trabalhistas	72.167	613.352
Fornecedores	49.065	(60.826)
Obrigações tributárias	547.686	(326.845)
Outras contas a pagar	(13.247)	15.443
<i>b) Subtotal</i>	<i>(666.117)</i>	<i>2.576.723</i>
<b>(a+b) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>108.720</b>	<b>6.648.200</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de Investimento</b>		
Adições de Imobilizado e Intangível	(376.664)	(709.225)
Baixas de Imobilizado e Intangível	19.971	11.525
<b>c) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades de Investimento</b>	<b>(356.693)</b>	<b>(697.700)</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento</b>		
Arrendamentos a pagar	6.633	5.322
Amortização de principal – arrendamento	(190.127)	(191.148)
Amortização de encargos financeiros de arrendamento	22.435	35.552
<b>d) Caixa Líquido gerado/aplicado nas atividades de Financiamento</b>	<b>(161.059)</b>	<b>(150.274)</b>
<b>(a+b+c+d) Aumento/Redução do capital circulante líquido</b>	<b>(409.032)</b>	<b>5.800.227</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.155.414	6.355.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.746.382	12.155.414

## Notas Explicativas

---

### 1. Contexto Operacional

A São Paulo Parcerias S.A. (SP Parcerias ou Companhia), sociedade de economia mista integrante da Administração Indireta do Município de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo (SGM), localizada na Rua Líbero Badaró, nº 293, 25º andar, cj. 25C, Centro Histórico de São Paulo/SP, teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 14.517/2007 e é regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), por seu Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

A atividade precípua da Companhia é estruturar e desenvolver projetos de concessões e parcerias público-privadas, bem como alienar ativos municipais, por meio da prestação de serviços de consultoria e assessoria técnico-especializada, em especial, para a viabilização do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas da Prefeitura de São Paulo. Tais programas contemplam um rol de serviços e ativos que podem ser transferidos à iniciativa privada em prol da desoneração dos cofres públicos e da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

### 2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, cujos valores estão apresentados em R\$ (1,00), foram elaboradas para a data base de 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As referidas práticas incluem aquelas previstas na legislação societária brasileira, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas por meio das notas explicativas, e correspondem às mesmas informações utilizadas pela Administração na gestão da SP Parcerias.

Essas demonstrações contábeis, foram disponibilizadas para exame dos Auditores Independentes em 13 de março de 2024 e o Conselho de Administração autorizou a

divulgação.

A preparação das demonstrações contábeis envolve julgamentos, estimativas e a adoção de premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos poderão divergir das estimativas e premissas realizadas.

Ademais, a Administração, na data de elaboração das demonstrações contábeis, tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui os recursos necessários para sua continuidade operacional no futuro próximo.

### 3. Principais políticas contábeis

A seguir, estão as principais políticas contábeis, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não diferem dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

##### 3.1.1. Ativos financeiros

Os recebíveis, as aplicações financeiras e os ativos de contratos compõem os ativos financeiros da SP Parcerias.

As contas a receber e os ativos de contratos não contém componente de financiamento significativo e são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de sua origem, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São reconhecidas perdas

estimadas de créditos com base em experiências anteriores e na análise individual do saldo a receber de cada cliente.

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez e são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. Os recursos são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

### **3.1.2. Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é reconhecido quando a SP Parcerias se torna parte de disposições contratuais. São compostos por fornecedores, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras contas a pagar. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente. Os demais passivos são mensurados pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

### **3.2. Ativo imobilizado e ativo intangível**

Itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, caso aplicável.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: prazo correspondente entre a data de aquisição do bem/serviço e a data de término do contrato de locação do imóvel;
- Equipamentos de informática: de 3 a 5 anos;
- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 15 anos;
- Direito de uso de ativo: 1 ano, com base no prazo do contrato de locação;
- Direito de uso de imóvel: 5 anos, com base no prazo do contrato de locação;
- Licença de uso de software: 1 ano ou por prazo indefinido, conforme o caso.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

As vidas úteis e os valores residuais são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Ativos arrendados são amortizados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis.

Em conformidade com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a SP Parcerias avalia seus ativos imobilizados, individualmente, quando há indícios de sua desvalorização e, anualmente, seus ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso.

Os bens são baixados quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos resultantes de seu uso contínuo. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da baixa e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### **3.3. Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é reconhecida se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e se for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A provisão para contingência é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perda, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mediante avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

A Companhia é parte em um mandado de segurança, cujo valor estimado de R\$ 80.496 não foi reconhecido no passivo por ser classificado como possível.

### **3.4. Receita de contrato com cliente**

Receitas de contratos com clientes são reconhecidas quando o serviço contratado é transferido para o cliente, por um valor que reflita a contraprestação à qual a SP Parcerias espera ter direito em troca desses serviços.

#### **3.4.1. Estruturação de projetos**

Os serviços de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte ao desenvolvimento de ações voltadas à estruturação de projetos de concessões e parcerias, bem como alienação de ativos, têm sua receita reconhecida mediante a entrega dos “produtos” previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

#### **3.4.2. Monitoramento**

Os serviços monitoramento e avaliação em Centros Educacionais Unificados da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), por meio da aferição do desempenho e qualidade dos serviços, dedicados ao suporte ao desenvolvimento de ações da Secretaria Municipal de Educação (SME), têm sua receita reconhecida mediante a entrega dos relatórios especificados em cada etapa.

#### **3.4.3. Apoio à gestão de contratos e à iniciativa #TodosPeloCentro**

A receita da prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada voltadas ao acompanhamento da gestão dos contratos de Concessões e Parcerias dos serviços municipais delegados e ao apoio à iniciativa #TodosPeloCentro é reconhecida ao final de cada mês, considerando que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo. Os preços dos serviços são fixos e mensais.

### **3.5. Tributos sobre o lucro**

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sendo calculada no regime do lucro real

anual, segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### **3.5.1. IRPJ e CSLL correntes**

Os tributos correntes são apurados com base no lucro real do exercício, mensurados pelo valor esperado a ser pago. O lucro real difere do lucro contábil porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

### **3.5.2. IRPJ e CSLL diferidos**

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias baseadas no lucro diferido do período.

De acordo com o art. 480 do Decreto Federal nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda), a Companhia difere a tributação do lucro relativo aos contratos de longo prazo até sua realização, mediante:

- a exclusão da parcela do lucro auferido, proporcional às receitas consideradas no resultado e não recebidas até a data do encerramento do período; e
- a inclusão da parcela do lucro, proporcional às receitas consideradas no resultado de períodos anteriores e recebidas no período corrente.

### **3.6. Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e apresentada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3.7. Demonstração do resultado abrangente

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não são derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

### 3.8. Distribuição de lucros

O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu art. 11 que os dividendos serão distribuídos de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos aprovada pelo Conselho de Administração. A Política, aprovada na 131ª Reunião do Conselho de Administração, por sua vez, prevê que o dividendo mínimo obrigatório será distribuído no importe de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em conformidade com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos obrigatórios são reconhecidos como passivo no balanço patrimonial. Já os dividendos adicionais, parcela excedente aos dividendos obrigatórios, são mantidos no patrimônio líquido, em conta específica (“dividendos adicionais propostos”), uma vez que sua distribuição está condicionada à aprovação pelos acionistas.

De acordo com o item 7.8 da referida Política de Distribuição de Dividendos, os dividendos (obrigatórios ou adicionais) serão pagos sob a forma de Juros sobre Capital Próprio em razão do benefício tributário oriundo da dedução dos valores para efeitos da apuração do lucro real.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica é composta exclusivamente por aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao

Banco do Brasil, lastreadas em Títulos do Governo Federal, com o objetivo de atender a Prefeitura Municipal de São Paulo, e são mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

A rentabilidade é proporcionada de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando as aplicações em ativos e operações de renda fixa (exclusivamente com Títulos Públicos Federais e/ou operações compromissadas lastreadas por esses títulos). A rentabilidade, em 2023, foi de 12,73% e, em 2022, de 11,95%

## 5. Contas a receber

Um recebível é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber a contraprestação, ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento seja realizado pelo cliente.

O montante de R\$ 2.194.956, é composto por valores a receber dos seguintes clientes:

	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria de Governo Municipal	1.909.394	740.023
Secretaria Municipal da Educação		100.000
Prefeitura de Porto Alegre	1.406.661	
Casa Civil	241.947	
(-) Perdas Estimadas	(1.363.045)	
<b>Total</b>	<b>2.194.956</b>	<b>840.023</b>

No exercício de 2023, a SP Parcerias constituiu provisão para perdas estimadas no montante de R\$ 1.363.045, tendo em vista que há títulos vencidos há mais de 365 dias. Destaca-se que os referidos títulos foram reconhecidos como despesa de exercício anterior (DEA) pela Secretaria de Governo Municipal, nos termos do Decreto Municipal 57.630/2020 (Publicado no Diário Oficial da Cidade, 20/09/2023, pág. 242). Para efeito fiscal, essa despesa não é dedutível da base de cálculo do lucro real.

## 6. Ativos de contratos

A SP Parcerias reconhece um ativo de contrato no momento da transferência do serviço ao cliente para representar o direito de receber a contraprestação após a emissão dos atestes pelo fiscal e gestor dos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria de Governo Municipal	1.051.112	1.855.195
Secretaria Municipal da Educação	179.431	74.520
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	897.499	897.499
Casa Civil	241.947	
<b>Total</b>	<b>2.369.989</b>	<b>2.827.214</b>

No momento do faturamento, o valor do ativo de contrato é reclassificado para contas a receber.

O histórico dos clientes e as condições contratuais não geraram expectativa de perdas e não há componente de financiamento significativo nos contratos.

## 7. Tributos a recuperar/compensar

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar/compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipação de impostos e contribuições e/ou retenções de clientes, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicação financeira	116.506	94.277
IRRF a recuperar	490.875	77.829
IRPJ recolhido por estimativa	78.809	18.662
CSLL recolhido por estimativa	17.461	
ISS a recuperar	7.202	7.202
<b>Total</b>	<b>710.853</b>	<b>197.970</b>

## 8. Adiantamentos

A rubrica é composta substancialmente pelo pagamento antecipado de férias gozadas em janeiro/2024 (R\$ 40.529), conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e por adiantamentos a fornecedores (R\$ 1.697).

## 9. Despesas antecipadas

São valores relativos às despesas de condomínio (R\$ 5.663) e vale-refeição (R\$ 67.457) de janeiro/2024, cujos faturamentos ocorrem no mês imediatamente anterior à realização da despesa, prêmios de seguros a apropriar (R\$ 32.549) e assinaturas de jornais e revistas (R\$ 120).

## 10. Imobilizado e intangível

Composição dos Saldos	31/12/2022	31/12/2023			
	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Perda por redução ao valor recuperável	Valor Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	192.417	341.002	(219.064)		121.938
Equipamentos de informática	292.761	424.213	(168.612)		255.601
Máquinas, aparelhos e equipamentos	8.843	23.906	(6.271)	(3.140)	14.495
Móveis e utensílios	95.384	212.413	(91.544)	(38.108)	82.762
Direito de uso de ativo	3.726	5.542	(3.828)		1.714
Direito de uso de imóvel	308.475	777.600	(617.442)		160.158
Licença de uso de software	133.083	288.674	(48.297)		240.376
<b>Total</b>	<b>1.034.689</b>	<b>2.073.350</b>	<b>(1.155.058)</b>	<b>(41.248)</b>	<b>877.044</b>

Movimentação do Custo	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	293.195	47.807		341.002
Equipamentos de informática	350.484	73.728		424.213
Máquinas, aparelhos e equipamentos	16.663	7.322	(79)	23.906
Móveis e utensílios	276.320	3.217	(67.124)	212.413
Direito de uso de ativo	5.322	220		5.542
Direito de uso de imóvel	771.187	6.413		777.600
Licença de uso de software	159.239	237.956	(108.521)	288.674
<b>Total</b>	<b>1.872.410</b>	<b>376.664</b>	<b>(175.725)</b>	<b>2.073.350</b>

Movimentação da depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(100.778)	(118.287)		(219.064)
Equipamentos de informática	(57.723)	(110.889)		(168.612)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(4.680)	(1.633)	43	(6.271)
Móveis e utensílios	(111.168)	(8.393)	28.017	(91.544)
Direito de uso de ativo	(1.597)	(2.231)		(3.828)
Direito de uso de imóvel	(462.712)	(154.731)		(617.442)
Licença de uso de software	(26.156)	(118.175)	96.034	(48.297)
<b>Total</b>	<b>(764.813)</b>	<b>(514.338)</b>	<b>124.093</b>	<b>(1.155.058)</b>

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(3.140)	-	-	(3.140)
Móveis e utensílios	(69.768)	-	31.660	(38.108)
Direito de uso de ativo	-	-	-	-
Direito de uso de imóvel	-	-	-	-
Licença de uso de software	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(72.908)</b>	<b>-</b>	<b>31.660</b>	<b>(41.248)</b>

### 10.1. Ativos de Direito de Uso – Arrendamentos

No início de um contrato, a SP Parcerias avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo por um período em troca de contraprestação. Caso identifique-se o arrendamento, são reconhecidos passivos de arrendamento, que são baixados pelo efetivo pagamento da contraprestação, e ativos de direito de uso.

As rubricas “direito de uso de ativo” e “direito de uso de imóvel” estão relacionadas aos contratos de locação de impressoras e locação do imóvel utilizado como sede da Companhia, respectivamente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventual remensuração dos passivos de arrendamento, como por exemplo, reajustes contratuais.

São depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e sua vida útil estimada.

## 10.2. Estudo de vida útil

Após a realização do inventário de bens, quando foram obtidos dados acerca da localização física, estado de conservação e expectativa de uso, a Companhia elaborou estudo de vida útil, no qual, para identificação de possíveis ajustes nas vidas úteis dos bens, foram analisadas a influência do regime de trabalho e o tipo de manutenção. Não foram identificados ativos com vida útil a ser ajustada.

## 10.3. Avaliação do valor recuperável de ativos

Observando o disposto no parágrafo 3º, art. 183 da Lei Federal nº 6.404/1976 e a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos que possam indicar desvalorização ou perda do seu valor recuperável.

Em conformidade com o item 8 da referida NBC TG, a SP Parcerias não realizou o teste de *impairment* dos itens do seu imobilizado por não haver indícios de desvalorização.

Quanto aos itens do intangível, aplicou o teste de recuperabilidade às licenças de uso de software com vidas úteis indeterminadas, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para estimativa do valor em uso, em consonância com o item 10 da NBC TG 01.

A definição do valor em uso envolve a utilização de premissas e julgamentos sobre os fluxos de caixa futuros, os quais representam a melhor estimativa da Companhia, consignadas no Compromisso de Desempenho Institucional (CDI).

Baseando-se no teste realizado, não foram identificadas perdas, considerando que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil ao final de 2023.

## 11. Obrigações trabalhistas

O aumento no valor das obrigações trabalhistas está diretamente relacionado ao crescimento do quadro de colaboradores, condição necessária ao atendimento de novos contratos firmados com clientes.

A provisão para férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data do encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais.

	31/12/2023	31/12/2022
Férias	946.511	889.024
INSS sobre férias a pagar	249.602	226.660
INSS sobre remuneração de cedidos	7.688	
FGTS sobre férias	75.721	71.122
INSS sobre folha a recolher	306.179	275.286
Recesso de diretores	99.400	82.427
FGTS a recolher	86.447	76.555
Reembolso de cessão		74.830
Salários e ordenados		2.085
Pró-labore a pagar		1.393
<b>Total</b>	<b>1.771.548</b>	<b>1.699.381</b>

## 12. Fornecedores

O saldo de fornecedores, registrado no valor de R\$ 134.673, é composto pelos valores em aberto relativo às aquisições de produtos e serviços, pagos, normalmente, em até 30 dias e sobre as quais não incidem juros.

Valores não liquidados no prazo de 30 dias estão relacionados ao registro de pendência no Cadastro Informativo Municipal – CADIN, conforme previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 14.094/2005.

A Administração acredita que o valor contábil registrado na conta de fornecedores não difere do seu valor justo.

O referido saldo está detalhado abaixo:

	31/12/2023
	3
Xerografia Informática Ltda	65.683
Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	30.741
RF16 Serviços Integrados EIRELI	12.738
PK9 Tecnologia e Serviços Ltda	6.577
Central Comunicações Ltda	5.895
Associação dos Taxistas Prime	4.224
Algar Soluções em TIC S/A	2.229
Sacho Auditores Independentes	1.642
Artcool Ar Condicionado Ltda	1.380
Importinvest Importação e Comércio Ltda.	918
Green Coffee Solutions Comércio e Locação de Máquinas para Café Expresso Ltda	680
Vocom Tecnologia e Telecomunicações em Nuvem Ltda	490
Exterminexx Controle de Pragas Ltda.	471
Pereira & Souza Informática Ltda.	409
Engemed Saúde Ocupacional EIRELI	356
Outros Fornecedores	240
<b>Total</b>	<b>134.673</b>

### 13. Obrigações tributárias

#### 13.1. Circulante

A variação está relacionada ao curso normal das atividades da Companhia e os tributos são quitados no prazo exigível pelo fisco.

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS diferida (a)	450.527	278.710
PIS diferido (a)	97.812	60.509
IRRF sobre folha de pagamento	262.581	233.572
COFINS	372.628	216.500
ISS diferido (b)	118.499	141.361

ISS	247.940	77.022
PIS	80.713	46.713
CSLL		1.399
CSRF sobre serviços tomados	725	1.106
INSS sobre serviços tomados	889	440
IRRF sobre serviços tomados	81	134
ISS sobre serviços tomados	162	80
<b>Total</b>	<b>1.632.557</b>	<b>1.057.546</b>

a) Conforme o art. 7º da Lei Federal nº 9.718/1998, o pagamento das contribuições de PIS e COFINS sobre serviços prestados à pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias poderá ser diferido até a data do recebimento. Dessa forma, a SP Parcerias difere os referidos tributos por ocasião do reconhecimento do ativo de contrato e os reclassifica como tributos a recolher no momento do efetivo recebimento da contraprestação.

b) Por sua vez, o ISS é diferido no reconhecimento do ativo de contrato até a data da emissão da nota fiscal, quando há a reclassificação como ISS a recolher.

### 13.2. Não circulante

Conforme mencionado na nota explicativa 3.5.2, a Companhia difere a tributação do lucro relativo aos contratos de longo prazo até sua realização e, por consequência, o IRPJ e CSLL são diferidos até o momento da realização financeira do lucro diferido.

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ diferido	77.800	92.644
CSLL diferida	29.511	41.992
<b>Total</b>	<b>107.311</b>	<b>134.636</b>

#### 14. Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na nota nº 10.1, os arrendamentos incluem os contratos de locação de impressoras e do imóvel utilizado como sede da Companhia.

No início do arrendamento, a SP Parcerias reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo contratual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos, é utilizada a taxa de empréstimo incremental, já que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Ao longo do tempo, o valor do passivo de arrendamento é aumentado pela apropriação encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos.

Em 2023, a Companhia reconheceu despesas com arrendamentos no montante de R\$ 177.546, sendo R\$ 154.730 relativos às amortizações dos direitos de uso e R\$ 22.816 correspondentes aos encargos financeiros.

	2024
Arrendamentos a pagar	213.145
Encargos financeiros	(8.554)
<b>Total</b>	<b>204.591</b>

#### 15. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da SP Parcerias, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo dos dividendos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2023
Lucro do exercício	260.498
(-) Reserva legal	(13.025)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>247.473</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	61.868

## Dividendos pagos no exercício

Dividendos mínimos obrigatórios apurados em 2022	273.965
Dividendos adicionais, apurados em 2022 e aprovados na AGOE de 28/04/2023	821.894
Dividendos pagos em 2023	1.095.859

## 16. Outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Garantias contratuais (a)	69.631	58.897
Cartão de pagamento		27.317
Condomínio	5.664	6.353
Energia elétrica	7.916	3.950
Seguros	306	246
Total	83.517	96.764

## a) Garantias contratuais

A rubrica é composta por valores correspondentes ao importe de 5% do valor de contratos firmados com fornecedores, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, cujo objetivo é assegurar indenização por eventuais prejuízos causados pelas empresas contratadas.

Os valores recebidos a título de garantia contratual são atualizados mensalmente sob a taxa de remuneração da poupança e são restituídos às contratadas após o encerramento do vínculo, conforme previsto no § 4º do art. 70 da lei supracitada.

## 17. Patrimônio líquido

## 17.1. Capital social

O capital subscrito no valor de R\$ 20.000.000 está representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que 19.999.999 destas pertencem à Prefeitura Municipal de São Paulo. Até o ano de 2022, o acionista havia integralizado R\$ 12.700.000 do montante de capital subscrito.

No ano de 2023, após a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas, o montante de dividendos obrigatórios e adicionais (R\$ 1.095.859 – NE nº 15), foi revertido para integralização do capital social. Portanto, restam R\$ 6.204.141 do capital subscrito a integralizar pelo acionista majoritário.

## 17.2. Reserva legal

Conforme disposto no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, antes de qualquer outra destinação, a Companhia aplicou 5% do lucro na constituição da reserva legal (R\$ 13.025), com o fim de assegurar a integridade do capital social. Nos termos legais, a reserva poderá ser utilizada somente para o aumento do capital ou eventual compensação de prejuízos, e não excederá a 20% do capital social.

## 17.3. Dividendos adicionais propostos

Considerando que todo o lucro deve ser destinado, foram propostos dividendos adicionais, no valor de R\$ 185.605. Por estarem sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro.

	31/12/2023
Lucro do exercício	260.498
(-) Reserva legal	(13.025)
Lucro ajustado	247.473
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(61.868)
(-) Dividendos adicionais propostos	(185.605)
Saldo	-

De acordo com o item 7.8 da Política de Distribuição de Dividendos, os dividendos (obrigatórios ou adicionais) serão pagos sob a forma de Juros sobre Capital Próprio em razão do benefício tributário pela dedução dos valores para efeitos de apuração do lucro real, limitada ao cálculo dos juros com base na TJLP, *pro rata die*, aplicado sobre as rubricas do Patrimônio Líquido indicadas no Decreto Federal nº 9.580/2018.

O benefício tributário relativo à redução do IRPJ e da CSLL foi de R\$ 58.898.

### 18. Receita operacional

Receita bruta	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria de Governo Municipal (a)	14.805.962	15.924.242
Secretaria Municipal da Educação (a)	1.048.622	5.920.826
Casa Civil (a)	2.903.361	
Secretaria Municipal de Saúde (a)	363.528	242.352
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	2.897.472	897.499
Governo do Rio Grande do Sul	108.896	
<b>Total</b>	<b>22.127.841</b>	<b>22.984.919</b>

a) Cerca de 86% (96% em 2022) da receita da SP Parcerias foi gerada de transações com partes relacionadas, realizadas em condições estritamente comutativas e se referem à prestação de serviços inerentes ao seu objeto social. Ressalta-se que a Companhia pratica a mesma política de preços em todos os seus contratos.

Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita com prestação de serviços	22.127.841	22.984.919
(-) PIS	(365.109)	(379.251)
(-) COFINS	(1.681.716)	(1.746.854)
(-) ISS	(1.106.391)	(1.149.245)
<b>Total</b>	<b>18.974.625</b>	<b>19.709.569</b>

### 19. Custo com pessoal e pró-labore

A rubrica é composta pelos valores de remuneração, benefícios e encargos relativos ao pessoal alocado para a prestação de serviços, atividade-fim da Companhia. Sua variação está relacionada à estruturação de equipes para atendimento de novos contratos firmados com clientes.

## 20. Custo com depreciação e amortização

	31/12/2023	31/12/2022
Amortização de licença de direito de uso de imóvel	77.365	77.119
Amortização de licença de direito de uso de softwares	112.877	51.181
Depreciação de equipamentos de informática	60.912	26.080
Depreciação de máquinas, aparelhos e equipamentos	323	
Amortização de licença de direito de uso de ativo	946	1.144
<b>Total</b>	<b>252.423</b>	<b>155.523</b>

## 21. Custo com ocupação

	31/12/2023	31/12/2022
Dedetização	998	968
Conservação e reparos	3.877	1.820
IPTU	6.690	6.023
Copeiragem	27.090	7.875
Energia elétrica	44.739	28.067
Limpeza	32.962	32.106
Condomínio	61.119	57.815
<b>Total</b>	<b>177.475</b>	<b>134.674</b>

## 22. Outros custos

	31/12/2023	31/12/2022
Locação de computadores	245.685	226.817
Diárias de viagens e passagens	250.537	219.386
Locação office 365	59.484	56.776
Tecnologia da informação	28.675	36.918
Locação software de imóveis	20.000	29.950
Avaliação de imóveis		23.500
Transporte de pessoal	28.647	21.387
Internet	19.928	17.701

Manutenção de ar condicionado	12.420	9.315
Treinamento e capacitação	64.362	6.424
Impressões	3.137	2.941
Uniformes	498	2.444
Edição e locução e vídeos		1.746
Apropriação de assinaturas de revistas	718	718
Consulta de matrículas de imóveis		670
Desenhos técnicos		415
Serviços de gráficas		250
<b>Total</b>	<b>734.091</b>	<b>657.357</b>

### 23. Despesa com pessoal e pró-labore

Referem-se aos gastos com pessoal alocado na execução das atividades da Área de Gestão e Estratégia.

### 24. Despesa com serviços de terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Suporte técnico ao ERP	77.925	65.636
Locação de computadores	71.292	65.160
Auditoria Independente	20.595	21.663
Locação office 365	17.188	13.047
Tecnologia da informação	9.486	12.246
Limpeza	14.983	11.932
Auditoria interna	4.800	6.300
PMCSO/PGR	4.420	5.090
Copeiragem	9.030	4.725
Auditoria ISO 37001	7.813	2.600
Leitura e recorte de jornais	2.537	2.537
Impressões	1.465	1.107
Serviços diversos	3.135	
<b>Total</b>	<b>244.668</b>	<b>212.042</b>

**25. Despesa com ocupação**

	31/12/2023	31/12/2022
Manutenção e reparos	392	12.990
Condomínio	8.731	12.035
Energia elétrica	5.759	8.072
IPTU	956	1.205
Telefone		756
Dedetização	333	323
<b>Total</b>	<b>16.170</b>	<b>35.381</b>

**26. Despesa com gerais**

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	39.853	34.096
Eventos	14.769	
Locação máquina de café	13.500	6.980
Internet	6.643	7.958
Taxas diversas	5.904	3.822
Pabx	5.880	3.740
Transporte de pessoal	5.715	2.923
Viagens	5.389	
Materiais de escritório	5.193	
Bens de natureza permanente	5.187	22.485
Coffee Break	4.693	5.583
Treinamento de pessoal	4.218	9.800
Manutenção de ar condicionado	4.140	3.105
Materiais de uso e consumo	3.269	6.762
Serviços de gráficas	2.721	217
Publicações legais	1.314	2.416
Assinaturas eletrônicas	1.079	733
Certificados digitais	954	853
Hospedagem de site	300	
Multas contratuais	242	

Correios	162	120
Cartório	61	95
Gerenciamento de contratos estagiários		777
Despesas diversas		40
<b>Total</b>	<b>131.184</b>	<b>112.506</b>

## 27. Despesa com depreciação e amortização

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação de benfeitorias	118.287	46.135
Amortização de direito de uso de imóvel	77.365	77.119
Depreciação de equipamentos de informática	49.977	28.943
Depreciação de móveis e utensílios	8.393	6.389
Amortização de direito de uso de software	5.299	524
Depreciação de máquinas, aparelhos e equipamentos	1.310	1.310
Amortização de direito de uso de impressoras	1.286	1.610
<b>Total</b>	<b>261.915</b>	<b>162.031</b>

## 28. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Multas contratuais (a)	43.750	10
Recuperação de despesas		20.012
Restituição NF do Milhão		96
Doações - incentivos fiscais (b)	(4.000)	(9.150)
Perdas na baixa de ativo imobilizado	(7.484)	(11.525)
Perdas na baixa de ativo intangível	(12.488)	
(-) Perdas estimadas (c)	(1.393.514)	
<b>Total</b>	<b>(1.373.736)</b>	<b>(557)</b>

- a) Refere-se a penalidades aplicadas a fornecedores que, de alguma forma, deixaram de cumprir com as obrigações contratuais.
- b) Doações realizadas ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMCAD e Fundo Municipal do Idoso a título de incentivo fiscal, no importe de R\$ 2.000,00 cada, conforme previsto nas Leis Federais nº 12.594/12 e nº 12.213/2010 e no Decreto Municipal nº 59.098/2019.
- c) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a SP Parcerias constituiu perdas estimadas no montante de R\$ 1.363.045, para títulos vencidos a mais de 365 dias. Por se tratar de receita reconhecida no exercício de 2022, os valores estão classificados na rubrica de outras despesas e não em conta redutora da receita do exercício corrente. Além das perdas relacionadas às contas a receber, foi constituída provisão no valor de R\$ 30.469 para multas contratuais aplicadas a fornecedores, cujo recebimento é incerto.

## 29. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras (a)	1.183.375	1.043.863
Despesas financeiras (b)	(28.594)	(40.389)
Total	1.154.780	1.003.474

- a) A rubrica é composta, pelo rendimento líquido de aplicações financeiras (R\$ 1.160.568) e pela atualização monetária de créditos tributários (R\$ 22.807).
- b) As despesas financeiras são compostas, substancialmente, pela apropriação dos encargos financeiros dos passivos de arrendamento (R\$ 22.816) e pela correção monetária das garantias contratuais recebidas (R\$ 5.101), mencionadas na nota explicativa nº 16.

### 30. Tributos sobre o lucro

Do valor total de tributos sobre o lucro, R\$ 10.020 referem-se aos tributos diferidos, conforme detalhado a seguir:

Lucro diferido do exercício	59.643
Compensação de prejuízo fiscal	(17.893)
Total da base de cálculo	41.750
IRPJ diferido (15%)	6.263
CSLL diferida	3.758

### 31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### 31.1. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir com obrigações previstas em um contrato ou instrumento financeiro, o que culminaria no reconhecimento de perdas. A SP Parcerias está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo contas a receber e ativos de contratos, bem como caixa e equivalentes de caixa.

Os recebíveis e ativos de contratos são monitorados regularmente e a análise de redução ao valor recuperável é realizada ao final de cada período de reporte, quando, então, são constituídas perdas estimadas, se necessário.

Quanto ao caixa e equivalentes de caixa, a Companhia participa de operações que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, reconhecidas nas demonstrações contábeis e que se destinam a atender suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos.

A SP Parcerias limita a exposição a riscos de crédito associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha e com remuneração em títulos de renda fixa e de curto prazo.

### **31.2. Risco de liquidez**

É representado pela possibilidade de não possuir ativos financeiros suficientes para cumprir com as obrigações nas suas respectivas datas de vencimento. A fim de minimizar tal risco, a Administração preza pela eficiência na aplicação de recursos e manutenção de disponibilidades robustas que possam garantir a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações de curto prazo.

### **31.3. Risco de mercado**

O risco de mercado está relacionado, principalmente, à possíveis mudanças no cenário político-econômico, que podem impactar diretamente a área de concessões e parcerias público-privadas.

O objetivo da Companhia é gerenciar e controlar a exposição aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis com o negócio.

### **31.4. Risco operacional**

São os riscos diretos e indiretos decorrentes de diversas causas associadas aos processos e atividades da Companhia.

A Administração, auxiliada pela Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, empenha-se continuamente na efetiva aplicação e otimização dos controles internos, bem como na sua significativa ampliação e fortalecimento, melhorias dos fluxos procedimentais, padronização dos documentos, organização e controle de registros e definição clara de atribuições e responsabilidades.

Entre as diversas e constantes atividades, cita-se a realização da auditoria interna do *gap analysis* e da auditoria do Sistema de Gestão Antissuborno da Companhia e que resultaram na recertificação da ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno.

### 32. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

### 33. Informações complementares de interesse público – Lei Federal nº 13.303/2016

O interesse público que justificou a criação da SP Parcerias se evidencia na própria natureza do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, os quais reúnem o conjunto dos projetos de parcerias com a iniciativa privada, cujas viabilizações são expressas no objeto social da Companhia, entre outras. Assim, em atendimento às exigências de divulgação de dados operacionais e financeiros das operações relacionadas ao objeto social e à consecução dos fins de interesse público, verifica-se que foram firmados contratos que geraram receita operacional líquida de R\$ 18.974.625 e custos de serviços prestados de R\$ 14.611.705.

### 34. Eventos subsequentes

Em cumprimento ao disposto na NBC TG 24 (R2), a administração da SÃO PAULO PARCERIAS S.A. destaca que os saldos contábeis, apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, não sofreram qualquer modificação proveniente de eventos subsequentes, até 13/03/2024.

**Nátany Alves Boldo**  
Superintendente Técnica  
CRC 1SP309554/O-1

**Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron**  
Diretora

**SÃO PAULO PARCERIAS S/A**  
**RELATÓRIO DOS AUDITORES**  
**INDEPENDENTES**

**Nº 040/2024**

**AB: 31/12/2023**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs,  
Acionistas, Administradores e Conselheiros da  
**SÃO PAULO PARCERIAS S/A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros Auditores Independentes, que emitiram o Relatório do Auditor Independente em 15 de março de 2023, sem modificação da opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

**S a c h o – Auditores Independentes**  
**Auditoria e Assessoria**

contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a São Paulo Parcerias S/A, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **SÃO PAULO PARCERIAS S/A**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 15 de março de 2024.

SACHO AUDITORES  
INDEPENDENTES:7  
4006719000176

Assinado de forma digital por  
SACHO AUDITORES  
INDEPENDENTES:74006719000176  
Dados: 2024.03.15 10:30:11 -03'00'

---

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC – 2SP 017.676/O-8  
CNAI-PJ-000155

HUGO FRANCISCO  
SACHO:00669434  
850

Assinado de forma digital  
por HUGO FRANCISCO  
SACHO:00669434850  
Dados: 2024.03.15  
10:30:51 -03'00'

---

HUGO FRANCISCO SACHO  
CRC – 1SP 124.067/O-1

## Aprovação do Conselho de Administração

---

Observados os termos do art. 142, V da Lei federal nº 6.404/1976, o Conselho examinou o Relatório Anual Integrado da Administração, o qual demonstra as informações mais relevantes e os principais destaques do ano de 2023, bem como as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Sacho – Auditores Independentes em 15 de março de 2024. O Colegiado aprovou por unanimidade a matéria, solicitando a submissão ao Conselho Fiscal para emissão de parecer consoante determinação do art. 163, II e VII da Lei Federal nº 6.404/1976 e, posteriormente, à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

**Edsom Ortega Marques**  
Conselheiro

**Guilherme Bueno de Camargo**  
Conselheiro

**Gustavo Garcia Pires**  
Conselheiro

**Juan Manuel Quirós Sadir**  
Conselheiro

**Paulo José Galli**  
Conselheiro

**Roger Willians da Fonseca**  
Conselheiro

**Edson Aparecido dos Santos**  
Presidente do Conselho de Administração

## Parecer do Conselho Fiscal

---

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO PARCERIAS S.A, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, declaram que procederam ao exame do Relatório Anual Integrado da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas pela Sacho – Auditores Independentes em 15 de março de 2024, e que são de PARECER FAVORÁVEL, consignando-se que os documentos apresentados representam a efetiva situação econômico-financeira da São Paulo Parcerias S.A., em 31/12/2023 e, que reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

**Claudia Bice Romano**  
Conselheira

**André Tomiatto de Oliveira**  
Conselheiro

**Thiago Demétrio Souza**  
Presidente do Conselho Fiscal



São Paulo Parcerias S.A.

CNPJ 11.702.587.0001-05

Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cjs 25C e 25D

Centro Histórico - São Paulo/SP - CEP 0109-907

Tel. +55 11 3343-6000